



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

EDITAL Nº 02/2021

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

A Superintendência de Seguros Privados - Susep, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Economia, pela Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria Susep nº 7.741, de 22 de janeiro de 2021, publicada no D.O.U de 05/02/2021, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, torna público que, na data e horário abaixo indicados, realizará processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, pela maior oferta, observado o preço mínimo constante do Anexo I e a forma estabelecida no presente Edital e seus anexos.

Concorrência Pública SUSEP nº 02/2021

- Endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 730, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ.
- Data: 27/05/2021
- Sessão Pública: Início às 10:30hs - horário de Brasília/DF
- Prazo final para apresentação das propostas: 11:00hs - horário de Brasília/DF

Observações:

Por se tratar de licitação a ser realizada em sessão pública presencial, deverão ser observadas as orientações das autoridades sanitárias na prevenção do contágio da Covid-19. A Susep adotará as medidas necessárias para o cumprimento.

A critério da Comissão de Licitação, a Sessão Pública poderá ser interrompida, continuando-se em dia seguinte, ato devidamente comunicado aos interessados, observados todos os procedimentos para garantir a lisura do processo licitatório.

A presente licitação é estritamente vinculada aos termos deste Edital e da legislação vigente, sendo tanto a Susep quanto os licitantes obrigados a dar fiel cumprimento aos seus dispositivos.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação.

Fica a Comissão de Licitação autorizada a alterar a data da licitação e/ou revogá-la, no todo ou em parte, em data anterior à abertura da Licitação, e, ainda, antes da homologação do resultado, sem que caiba ao(s) licitante(s) ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

1. DO OBJETO

1.1 Alienação do domínio pleno do imóvel de propriedade da Susep caracterizado no Anexo I, que faz parte integrante do presente Edital, realizando-se a venda à vista, por quantia igual ou superior ao preço mínimo ali especificado.

2. DA AUTORIZAÇÃO LEGAL

2.1 A presente alienação foi autorizada pelo Conselho Diretor da Susep, em reunião realizada em 24 de setembro de 2020 em conformidade com o art. 9º, inciso VI, da Resolução nº 374, de 28 de agosto de 2019, tendo em vista o disposto no artigo 2º da Lei nº 8.057 de 29 de junho de 1990.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1 Poderão participar da presente licitação pessoas físicas, jurídicas e em consórcio, desde que atendidas as exigências do art. 33 da Lei nº 8.666/93, que comprovarem o recolhimento da caução a que se refere o item 8 deste Edital.

3.2 Será vedada a participação de servidor ou dirigente da Superintendência de Seguros Privados e dos membros da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.666/93, bem como de pessoa física ou jurídica a qual esteja impossibilitada de licitar e/ou contratar com a União ou com a Susep, nos termos da legislação vigente.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidades, devendo encaminhar o pedido em até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da concorrência, sob pena de decair do direito de impugnação, o qual será julgado em até 3 (três) dias úteis, contados da data do seu recebimento.

4.2 Eventual impugnação deste Edital deverá ser encaminhada, em meio eletrônico para o endereço comal.rj@susep.gov.br, dirigida ao presidente da Comissão Permanente de Licitação.

4.3 A impugnação deverá especificar a qual imóvel faz referência ou indicar que se refere ao Edital como um todo.

4.4 A Comissão Permanente de Licitação deverá julgar e responder às eventuais impugnações, na forma da lei.

5. DA VISITAÇÃO AO IMÓVEL

5.1 O imóvel objeto da presente licitação poderá ser visitado em dias úteis mediante prévio agendamento, através do email comal.rj@susep.gov.br

6. DOS PROCEDIMENTOS

6.1. Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitação, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo um Presidente, e serão processados nas seguintes etapas:

6.1.1. Receber as credenciais dos licitantes:

6.1.1.1. pessoa física: documento de identificação do tipo Carteira de Identidade em cópia autenticada ou cópia simples para autenticação pela Comissão de Licitações; e Procuração, se for o caso devendo esta ser particular com firma reconhecida em cartório do outorgante ou pública, em ambos os casos a procuração deverá ser específica para o presente certame e deverá ser apresentada a via original da Procuração;

6.1.1.2. pessoa jurídica: ato constitutivo de pessoa jurídica, acompanhado dos eventuais aditivos ou da respectiva consolidação, bem como ato de designação e documento de identificação do seu representante.

6.1.1.3. pessoa jurídica em consórcio:

a) comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder, responsável pelo consórcio;

I - com empresa brasileira e estrangeira, caberá à liderança, obrigatoriamente, a empresa brasileira;

b) atos constitutivos dos seus componentes, na forma do subitem 6.1.1.2 anterior; e

c) ato de designação e documento de identificação do representante do consórcio.

6.1.2. Receber, no dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, os envelopes físicos fechados contendo os comprovantes originais de recolhimento da caução e a proposta preenchida em formulário específico, conforme Anexo II, observados os procedimentos constantes do item 9;

6.1.2.1. Não será admitido o encaminhamento dos envelopes por via postal, fac-símile, telex, correio eletrônico ou similar, sendo recebidos apenas se entregues pessoalmente até o prazo final para apresentação das propostas previsto neste Edital.

6.1.3. Analisar a documentação relativa à habilitação dos concorrentes, sua apreciação e divulgação;

6.1.4. Abrir os envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, leitura dos valores ofertados, julgamento e classificação das propostas, excluindo-se as desclassificadas, na forma dos itens 10 e 11 deste Edital;

6.1.4.1. Providenciar, durante a sessão, a coleta das rubricas dos licitantes presentes e da Comissão em todos os documentos e propostas, devendo haver, igualmente, a rubrica dos envelopes fechados e lacrados no caso de suspensão da sessão;

a) Na hipótese de excesso de documentação, fica facultada à Comissão e aos licitantes presentes, designar representantes para que façam a rubrica prevista no subitem anterior, devendo tal decisão ser registrada em ata; e

b) Na hipótese de os licitantes definirem representante para as rubricas, fica ressalvado o direito de qualquer dos licitantes de apor as suas rubricas em toda a documentação, se assim desejar.

6.1.5. Encerrar a sessão com a lavratura de ata circunstanciada, a qual será assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da comissão.

6.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

6.3. Ultrapassado o prazo final para apresentação das propostas, nenhuma outra proposta será recebida, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou propostas de preços apresentadas.

6.4. Será considerado habilitado aquele que tiver efetuado corretamente o recolhimento da caução prevista no item 8 deste Edital.

6.5. Havendo a inabilitação de qualquer dos licitantes, salvo se houver renúncia do direito de recorrer pelos interessados, o processo será suspenso, pelo prazo necessário para recebimento e julgamento de eventuais recursos interpostos, ocasião em que todos envelopes contendo as propostas serão acondicionados em embalagem adequada, que será lacrada e rubricada por todos os licitantes presentes, lavrando-se ata circunstanciada da reunião, que será assinada por todos os licitantes presentes e

pelos membros da Comissão.

6.6. Havendo renúncia ou desistência (o que constará expressamente da ata), não sendo apresentado recurso, ou, quando interposto pelos inabilitados, tendo sido realizado seu julgamento e ratificada a inabilitação, serão devolvidos fechados, tal como recebidos, os envelopes dos licitantes inabilitados, em reunião previamente designada pela Comissão, onde se procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados.

6.7. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, para saneamento das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

6.8. Havendo desistência do vencedor da licitação, será convocado o próximo licitante e assim sucessivamente, que assumirá os direitos e obrigações previstas neste instrumento e a quem serão conferidas as mesmas condições de prazo e valor constantes da proposta vencedora.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado somente à vista e o preço mínimo da venda, para cada imóvel, é o constante no Anexo I deste Edital, admitindo-se somente pagamento em Reais (R\$), com recursos próprios ou proveniente de financiamento imobiliário, procedimento o qual correrá sob inteira e única responsabilidade do interessado na compra.

7.2 O licitante vencedor deverá pagar o valor devido, à vista, no prazo de 60(sessenta) dias da homologação do certame licitatório.

7.2.1 Após 60(sessenta) dias da homologação, haverá a perda do direito de compra do licitante vencedor, com a rescisão de eventuais escrituras de promessa de compra e venda, bem como a reversão do bem ao patrimônio da Susep e a perda, em favor da Susep do valor dado em caução.

7.3 A assinatura da escritura de promessa compra e venda será efetivada em até 30(trinta) dias após a homologação do certame.

7.4 A assinatura da escritura pública definitiva de compra e venda será efetivada em até 60(sessenta) dias após a homologação do certame.

7.5 Recomenda-se ao interessado que desejar contar com financiamento dirigir-se à respectiva instituição financeira antes do prazo de início da sessão pública, a fim de se inteirar das condições, documentos necessários e prazos visando à contratação futura do crédito imobiliário;

7.5.1 É de inteira responsabilidade do adquirente a promoção das medidas necessárias para a obtenção de recursos provenientes de financiamento imobiliário.

7.6 Independentemente de se utilizar recursos próprios ou provenientes de financiamento imobiliário, o adquirente somente será imitado na posse do imóvel, após o pagamento integral do preço e assinatura da escritura pública definitiva de compra e venda.

8. DA CAUÇÃO E DA DEVOLUÇÃO DA CAUÇÃO

8.1 Para se habilitarem à participação nesta licitação os licitantes deverão, até o dia da sessão pública, recolher caução correspondente a 5% (cinco por cento) do preço mínimo especificado no Anexo I deste Edital, devendo ser realizado o depósito para o imóvel pretendido, nos termos do art. 18 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sob pena de inabilitação, através de GRU simples (endereço: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novosite/gru_simples.asp), TED/GRU ou DOC/GRU no Banco do Brasil, banco: 001, agência: 1607-1, conta corrente: 170500-8, Unidade Gestora / UG: 173039, Gestão: 17203, Código de Recolhimento: 98811-1 (CAUÇÕES E GARANTIAS DIVERSAS), CNPJ do favorecido: 42.354.068/0001-19, nome do favorecido: Superintendência de Seguros Privados, Número de Referência: 022021.

8.2 Será(ão) considerado(s) inabilitado(s) o(s) licitante(s) que não efetuar(em) o recolhimento da caução ou o fizer(em) em valor inferior, ainda que na casa dos centavos.

8.3 Deverá ser anexado à proposta o comprovante de caução, para o imóvel licitado, sob pena de desclassificação.

8.4 O comprovante de recolhimento da caução será apto a integrar a proposta de compra.

8.5 A Susep não se responsabiliza pelo não recolhimento da caução por motivos de ordem técnica, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da caução, ficando a habilitação definitiva para o certame condicionada ao resultado da compensação bancária.

8.6 O valor caucionado pelo licitante vencedor será utilizado para complementação do preço à vista.

8.7 Os valores caucionados não serão utilizados ou movimentados, e não sofrerão qualquer atualização monetária em benefício do licitante ou da Susep.

8.8 Os licitantes vencidos terão sua caução liberada a partir do sexto dia útil da publicação da homologação do resultado da licitação, no Diário Oficial da União, pela Comissão Permanente de Licitação, em nome do(a) licitante que efetivou a caução (não sendo possível a devolução da caução a terceiros), na agência e conta bancária informadas na Proposta de Aquisição.

8.9 Incorre na mesma hipótese do item anterior o licitante que caucionar, mas não apresentar proposta de compra.

8.10 Caso o licitante não informe sua conta e agência na qual o valor caucionado deva ser depositado, ou informe conta diversa de quem efetivamente tenha efetuado o pagamento da caução, o valor permanecerá consignado na conta-caução da Superintendência de Seguros Privados, até apresentação de requerimento à Susep mediante a juntada do comprovante original de recolhimento da caução e a indicação da agência e conta do licitante que realizou o depósito.

8.11 Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da data da liberação do resgate de caução e na eventualidade de não ter sido resgatada, esta será consignada administrativamente em agência bancária.

8.12 Não ocorrerá a devolução da caução de licitantes penalizados com a sua retenção, hipótese em que os valores correspondentes serão revertidos aos cofres da União.

9. DAS PROPOSTAS

9.1. As propostas deverão ser apresentadas na forma do modelo constante do Anexo II deste Edital, corretamente preenchida, sem rasuras ou ressalvas e devidamente assinada pelo:

9.1.1. Interessado ou seu representante legal, pessoa física ou jurídica, investido por ato de designação ou instrumento de mandato, que deverá ser anexado à proposta, no mesmo envelope; e

9.1.2. Representante legal da empresa responsável pelo consórcio (líder), investido por ato de designação ou instrumento de mandato, que deverá ser anexado à proposta, no mesmo envelope, e subscrito por todos os consorciados.

9.2. Deverá ser apresentada por licitante a proposta, para o imóvel licitado, sob pena de desclassificação, em envelope lacrado e rubricado em seu fecho, que conterá externamente:

a) o número da Concorrência Pública indicado no preâmbulo deste Edital; e

b) o número do item e o endereço relativo ao imóvel licitado, conforme Anexo I a este Edital.

9.3. As propostas deverão ofertar valor igual ou superior ao preço mínimo do imóvel constante do Anexo I a este Edital.

9.4. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

9.5. É vedada a apresentação de mais de uma proposta para o mesmo imóvel, pela mesma pessoa física ou jurídica, sob pena de desclassificação.

9.6. Pessoas jurídicas em consórcio estarão impedidas de participar na presente licitação para concorrer com o consórcio participante a um mesmo imóvel ou de participar em mais de um consórcio.

9.7. Tratando-se de pessoa casada sob o regime de comunhão de bens, a participação de um dos cônjuges impede a do outro, quando o imóvel de interesse for idêntico, sob pena de desclassificação de ambas as propostas, mesmo depois da convocação.

9.8. Os integrantes do consórcio são solidariamente responsáveis pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na assinatura de escritura.

10. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

10.1 As propostas serão julgadas e classificadas em ordem de valor das ofertas, sendo declarada vencedora a de maior valor.

10.2 No caso de empate entre propostas, será considerada vencedora a licitante que oferecer o pagamento integral em menor lapso temporal.

11. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 Serão desclassificadas as propostas que:

a. apresentem condições de pagamento diversas daquelas previstas no item 7 deste Edital;

b. condicionem seus preços a situações não previstas neste Edital;

c. refiram, simplesmente, a acréscimos de preços sobre a melhor oferta;

d. não estejam corretamente preenchidas;

e. contenham divergências de dados, valores ou números;

f. refiram a imóvel não relacionada no Anexo I a este Edital;

g. contrariem as disposições previstas nos subitens 9.5; 9.6 e 9.8 deste Edital;

h. efetuem o pagamento da caução mediante depósito em cheque, que, por qualquer razão, venha a ser devolvido pelo Sistema de Compensação do Banco Central;

i. sejam apresentadas por servidores ou dirigentes da Superintendência de Seguros Privados; e

j. sejam apresentadas sem observar as disposições do presente Edital.

12. DA DIVULGAÇÃO, DOS RECURSOS E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Após o exame e julgamento das propostas, a Comissão apresentará ao Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Finanças, Orçamento e Patrimônio ata circunstanciada com todos os elementos indicativos das propostas classificadas, para

efeito de homologação dos atos da Comissão Permanente de Licitação, adjudicação do imóvel, publicação do respectivo resultado no Diário Oficial da União e publicação no site www.susep.gov.br.

12.2 Dos atos da Comissão Permanente de Licitação caberá recurso, a ser dirigido ao Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Finanças, Orçamento e Patrimônio por intermédio da Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da decisão, observado que:

- a. interposto o recurso, este será comunicado aos demais licitantes para, querendo, impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
- b. recebidas as impugnações ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o(s) recurso(s) e a(s) impugnação(ões) recebida(s), devidamente instruídos, ao Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Finanças, Orçamento e Patrimônio, que decidirá em 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação respectiva; e
- c. não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal.

12.3 Quando solicitada, a Comissão franqueará aos interessados, desde a data do início do prazo para interposição de recursos e até o seu término, vistas acesso externo ao processo de licitação no SEI - Sistema Eletrônico de Informações da Superintendência de Seguros Privados.

12.4 Durante a sessão pública, finalizada a fase de habilitação ou a de julgamento das propostas, será aberto prazo de 30 (trinta) minutos para apresentação de intenção de recorrer pelos licitantes.

12.4.1 Após o prazo, caso não apresentada qualquer intenção de recorrer, será considerado como renunciado o direito de recorrer pelos licitantes, prosseguindo-se com a próxima fase do certame licitatório.

12.4.2 Apresentada intenção de recorrer, os licitantes deverão apresentar as razões para recurso conforme as regras do art. 109 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5 Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e julgamento de propostas terão efeito suspensivo, podendo a Comissão, motivadamente e havendo interesse para a Susep, atribuir efeito suspensivo aos recursos interpostos contra outras decisões.

12.6 Transcorrido o prazo recursal, o vencedor deverá adotar as providências previstas no item 14 e subitens deste edital.

13. DAS PENALIDADES

13.1 O Licitante que causar o retardamento do andamento do certame, prestar informações inverídicas em sua documentação para credenciamento, habilitação e proposta, não mantiver a proposta, fraudar de qualquer forma o procedimento desta Licitação, apresentar documentação falsa, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, cometer fraude fiscal, não assinar a ESCRITURA ou não efetivar o pagamento integral do preço do imóvel dentro dos prazos assinalados neste Edital, ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais consequências já expressamente estabelecida por este Edital:

- a. Advertência;
- b. Multa de até 10% (dez por cento) do valor mínimo de venda de cada imóvel, cumulativamente em relação aos bens cuja aquisição o licitante pleiteou, constante do rol do Anexo II; e
- c. Suspensão do direito de licitar e contratar por intermédio do Ministério da Economia pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das demais sanções administrativas.

13.2 Em caso de desistência ou o descumprimento dos prazos previstos neste Edital por parte do licitante vencedor, inclusive a não assinatura da ESCRITURA ou o não pagamento do preço total do imóvel, este perderá o valor da caução em favor da União, a título de pagamento parcial da multa prevista no item anterior, cessando os seus direitos de participação na licitação;

13.2.1 A desistência voluntária do licitante vencedor deverá ser formalizada de acordo ao modelo constante no Anexo IV deste Edital.

13.3 As penalidades só deixarão de ser aplicadas se ocorrer hipótese de caso fortuito ou força maior, aceita pela Comissão Permanente de Licitação e submetida à aprovação da Autoridade Superior.

13.4 As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14. DA ASSINATURA DA ESCRITURA PÚBLICA E ENTREGA DO IMÓVEL

14.1 Para a formalização da respectiva escritura de compra e venda, o licitante vencedor deverá apresentar os documentos exigidos pelo Ofício de Notas competente e realizar a assinatura digital através da plataforma e-notariado (www.e-notariado.org.br).

14.2 A partir da homologação do resultado da licitação, o licitante vencedor deverá observar os prazos abaixo indicados para as providências abaixo listadas:

14.2.1 Prazo de 60(sessenta) dias, contados da homologação do certame, para, sob pena de configurar-se a desistência compulsória da compra, recolher o valor compromissado para pagamento à vista.

14.2.2 Recolher todos os impostos, taxas e demais despesas, inclusive as de registro, por conta do(s) adquirente(s), cujos comprovantes de pagamento deverão ser apresentados, quando da assinatura da escritura pública ressalvados aqueles relativos a atos cujo pagamento deva ser efetivado em data posterior ao da assinatura;

14.3 Não ocorrendo a formalização da venda ao primeiro colocado, seja por desistência expressa deste ou por descumprimento dos prazos estabelecidos, a Superintendência de Seguros Privados se reserva o direito de consultar os demais colocados, na ordem de classificação, sobre o seu interesse em adquirir o imóvel nas mesmas condições, prazo e preço (devidamente reajustado após o interregno de um ano da data da proposta vencedora) oferecido pelo primeiro colocado; ou revogar a licitação, na parte concernente ao item ofertado.

14.4 As dimensões do imóvel informadas neste Edital e são de caráter secundário, meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, absolutamente irrelevantes para o instrumento firmado, consagrando os contratantes o negócio como sendo **ad corpus**, ou seja, o imóvel dado como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem.

14.5 A entrega do imóvel será realizada pela Susep após a comprovação do pagamento do valor integral de venda e da assinatura da escritura pública de compra e venda.

14.6 O adjudicatário deverá comprovar, no prazo máximo de 60(sessenta) dias a transferência da propriedade junto aos órgãos competentes, tais como: cartório de registro de imóveis, prefeitura, registro de aforamento, companhia elétrica, de água e outros concessionários de serviços públicos, sob pena de multa constante do item 13.1, alínea "b".

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A participação na presente licitação implica aceitação plena e irrevogável das condições deste Edital e de seus anexos.

15.2 Nenhuma diferença porventura comprovada nas dimensões do imóvel poderá ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para compensações ou modificações no preço ou nas condições de pagamento.

15.3 O imóvel será licitado nas condições e no estado de conservação e ocupação em que se encontrarem, sendo de inteira responsabilidade do adquirente a tomada das medidas necessárias para sua regularização, desocupação, notadamente aquelas necessárias para a lavratura e o registro da Escritura de Compra e Venda.

15.4 A iniciativa para a obtenção dos documentos e a responsabilidade pelo pagamento das despesas pertinentes a impostos de transmissão, lavratura de escrituras, registros cartorários, averbação de construções ou demolições, que recaiam sobre o imóvel, serão de inteira responsabilidade dos licitantes vencedores adquirentes, bem como as despesas indicadas expressamente neste Edital e seus anexos.

15.5 Fica a cargo da Susep as taxas, cotas condominiais, impostos e demais despesas relacionadas ao imóvel cujos fatos geradores sejam anteriores à assinatura da escritura definitiva de compra e venda, salvo quando expressamente indicada neste Edital ou em seus anexos.

15.6 A Comissão Permanente de Licitação prestará aos interessados os demais esclarecimentos que porventura se façam necessários, sendo dispensável a atuação de qualquer tipo de intermediário.

15.7 Conforme o art. 40, §2º, da Lei nº 8.666/93, faz parte integrante deste Edital, os seguintes anexos:

- a. Descrição dos imóveis – Anexo I;
- b. Modelo de Proposta para Aquisição do Imóvel – Anexo II;
- c. Modelo de Extrato de Publicação de Escritura de Compra e Venda – Anexo III;
- d. Termo de Desistência – Anexo IV;
- e. Termo de Quitação – Anexo V.

15.8 Informações e esclarecimentos adicionais que eventualmente se façam necessários, solicitar no seguinte endereço:

e-mail: comal.rj@susep.gov.br

Site: <http://www.susep.gov.br/menu/licitacoes/avisos>

Documento assinado eletronicamente

FERNANDO ANTONIO MAZZEO DE LIMA

Coordenação-Geral de Finanças, Orçamento e Patrimônio

Coordenador-Geral

ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS IMÓVEIS

ITEM 01

Situação ocupacional: Desocupado

Tipo do imóvel: Pavimento de Prédio Comercial

Matrícula: 30639 e 30640, 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belém do Pará

Inscrição Municipal: 002/34874/62/82/0022/000/008-50 e 002/34874/62/82/0022/000/009-51

Venda do domínio: Pleno

Item	Localidade	Endereço	Descrição	Preço Mínimo	Valor da Caução
01	Belém do Pará - PA	Travessa Padre Eutíquio, 141, Conjuntos 601/602- 6ºandar, Campina, CEP 66013-090	Pavimento em Prédio Comercial Área Privativa: 109,66 m²	R\$ 142.700,45	R\$ 7.135,02

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL

1. Número do ITEM na licitação:

2. Endereço do Imóvel de interesse:

3. Preço Ofertado: R\$ _____ (_____)

() À vista, exclusivamente com recursos próprios do proponente

() À vista, utilizando, parcial ou totalmente, recursos provenientes de financiamento imobiliário

4. Nome do licitante:

5. Qualificação:

Pessoa física:

--	--	--

Naturalidade:	Estado civil:	Profissão:
Identidade:	Órgão expedidor:	CPF:
Banco	Agência	Conta

Pessoa Jurídica:

Razão Social:		
CNPJ:		
Nome do representante legal:		
Naturalidade:	Estado civil:	Profissão:
Identidade:	Órgão expedidor:	CPF:
Endereço:		
Banco	Agência	Conta

OBS: No caso de empresas em consórcio nominar todas as integrantes e preencher o campo de destinado à qualificação do representante legal da empresa líder.

6. Endereço para contato:

7. Telefones para contato:

Declaro (ramos), expressamente, de acordo com as normas e condições constantes do Edital referente ao objeto da presente licitação, submetendo ao que ali está estipulado e que, vencedor, aceito o imóvel na situação em que este se encontra. Declaro ainda, não ser servidor ou dirigente do Ministério da Economia.

Local e Data:

Assinatura

ANEXO III

MODELO DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

Processo nº

Vendedora: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

Comprador (es):

Objeto: *[descrição sucinta do imóvel, inclusive com a citação do seu número de matrícula ou transcrição]*

Fundamento legal:

Data de assinatura do contrato:

ANEXO IV

TERMO DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA

Eu _____, tendo participado da Concorrência Pública SUSEP nº 02/2021, para aquisição do imóvel situado à _____, venho tornar pública minha desistência da referida aquisição.

Esta desistência tem caráter definitivo, nada tendo o desistente a reclamar com referência à licitação supramencionada ou com relação ao imóvel objeto do presente termo.

Declaro estar ciente de que esta desistência implica o pagamento de multa e a observância das demais condições previstas no Edital de Concorrência Pública SUSEP nº 02/2021.

Local/Data:

Assinatura do Proponente

ANEXO V

TERMO DE QUITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA SUSEP Nº 02/2021

ADQUIRENTE: *[Nome do signatário da escritura pública]*

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: *[Dados do imóvel, inclusive nº da matrícula/transcrição]*

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Economia, inscrita no CNPJ nº 42.354.068/0001-19, representada, neste ato, pelo Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Finanças, Orçamento e Patrimônio, Senhor _____ com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelo presente e na melhor forma de direito, dá PLENA, GERAL e INTEGRAL quitação da totalidade do débito proveniente do instrumento supra especificado, e ainda declara que:

I- Fica transferido ao ADQUIRENTE, em definitivo, todo o direito, ação e posse do imóvel objeto de escritura pública; e

II- Todas as despesas relacionadas com a regularização do imóvel, tais como impostos, taxas, contribuições e encargos, certidões, registros, averbações, desmembramento, retificação de área, e tudo mais que vise à regularização, ocupação e utilização do imóvel, correrão por única e exclusiva conta do outorgado ADQUIRENTE.

Local _____, de de

Coordenação-Geral de Finanças, Orçamento e Patrimônio
Coordenador-Geral



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO MAZZEO DE LIMA (MATRÍCULA 1679592)**, **Coordenador-Geral**, em 22/04/2021, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0991313** e o código CRC **3B57DDE4**.